

**HISTÓRIAS, CONFLITOS E CONTATOS ENTRE OS LAKLÃNÕ/XOKLENG E
NÃO INDÍGENAS.****Antonio Luis Fermino¹**

Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação/PPGE pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC intitulada “O jogo de futebol e o jogo das relações entre os Laklãnõ/Xokleng”. A pesquisa foi realizada na Terra Indígena Laklãnõ de agosto de 2011 a abril de 2012. Agosto foi o período que pude permanecer mais tempo na TI (três semanas). Nos meses seguintes permaneci na aldeia de cinco a sete dias por mês. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram uma câmera filmadora, para registrar as entrevistas, os jogos e os momentos de reunião e uma máquina fotográfica para utilizar como material a ser inserido no texto. Utilizei também um diário de campo, instrumento essencial para realizar diversas anotações durante o período que estive em campo, sendo que muitas vezes procurei reavaliar, reler o que escrevi para evitar análises equivocadas das minhas observações. Os documentos oficiais da FUNAI e FUNASA trouxeram dados referentes ao número da população Laklãnõ/Xokleng e mapas que orientaram uma visão ampla da TI. Para este artigo, irei explanar dados históricos acerca da sociedade Laklãnõ/Xokleng, as noções de resistência e lutas pela Terra Indígena Laklãnõ. Para tal explanação utilizei dados históricos do antropólogo Silvio Coelho dos Santos² (1973, 1975, 1987, 1997, 2004). *A priori* dos contextos históricos, trago uma breve explicação sobre os termos utilizados para denominar esta sociedade.

¹ Mestre em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

² Nascido em 07 de julho de 1938 o professor Silvio Coelho dos Santos era bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1960 e 1961), especializado em Antropologia Cultural e Sociologia Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1963) e doutor em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo (1972). Foi pesquisador emérito do CNPq, sócio emérito do IHG-SC e membro da Academia Catarinense de Letras. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia e secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Publicou dezenas de artigos e livros, destacando-se *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng* (Edeme Editora, Fpolis., 1973; Editora Movimento, 1986); *Nova História de Santa Catarina* (Editora da UFSC, 2004); *Os Índios Xokleng: memória visual* (Editora da UFSC/Univali, 1997); *Memória do Setor Elétrico na Região Sul* (Org.), (Editora da UFSC, 2002); *São Francisco do Sul – muito além da viagem de Gonville* (Org.) (Editora da UFSC, 2004); e *Memória da Antropologia na Região Sul*, em parceria com Cecília Helm (UFPR) e Sérgio Teixeira (UFRGS), (Editora da UFSC, 2006); *Ensaio Oportunos* (Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007). Em 26 de outubro de 2008 falece vítima de câncer. Informações retiradas do site <http://www.nepi.ufsc.br/>

Palavras Chave: Imigração, Lutas, Terra Indígena.

De onde vem Laklãnõ e Xokleng?

Os Xokleng porque, isso aqui não foi exatamente o nome, esse aqui foi um nome científico, é... que os estudantes, os Antropólogos, Silvio Coelho estudou isso aqui, conversou com muitos velhos, como é que o índio Xokleng é [...] então, o índio disse pra ele assim: olha, o nosso índio, como ele saía de um lado para outro, então eles faziam a uma roda assim (raia) e ali trançava com ...(balaio) assim, tem uma aranha que carrega tudo em cima assim e esse animal para os índios chama Xokleng, então é isso que foi dado o nome, então o Silvio consagrou esse nome, mas esses índios aqui é Laklãnõ, por isso que a terra tem Laklãnõ, porque são os índios do Sul e os próprios índios que deram o nome de Laklãnõ, são daqui do Sul, são daonde nasce o sol. Mas daí como esse antropólogo consagrou esse nome ficou esse³.

De acordo com Santos (1973, p. 30) “os índios Xokleng são conhecidos também pelas denominações Bugres, Botocudos, Aweikoma, Xókren e Kaingang”. Esses termos foram utilizados por pesquisadores e alguns colonizadores e não são aceitos pelos Laklãnõ/Xokleng por não se reconhecerem através destas denominações, abrindo espaço para confundi-los com outra etnia, como é o caso dos Kaingang; há também a possibilidade de serem adotados de maneira agressiva/pejorativa por outras comunidades indígenas e não indígenas, caso principalmente do termo bugre:

O termo Bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de selvagem e inimigo. Botocudo, outra designação dos Xokleng, foi termo decorrente da utilização de enfeite labial – tembetá – por parte dos membros adultos do sexo masculino. Até certo ponto, o termo também encerra conotações negativas, embora os índios costumem aceitar essa identificação [...]. O termo Aweikoma, surgido na literatura etnológica a partir de uma comunicação realizada por Van Ihering, em 1910, [...] é uma corruptela da frase destinada a convidar uma mulher para a cópula. Xokren significa taipa de pedra, da mesma maneira que Xokleng. Finalmente, o termo Kaingang, utilizado por Henry (1941) para designar os Xokleng, significa apenas “homem”, qualquer homem (SANTOS, 1973, p. 30 e 31).

Conforme observou Nanblá Gakran, “Como membro desta comunidade afirmo que o povo nunca se sentiu confortável com essa denominação, porque, segundo os idosos, o nome Xokleng foi dado por pesquisadores e não os identifica [...]” (GAKRAN, p. 13, 2005). **Xo** ou

³ Fala do senhor Iudo sobre a tradição Laklãnõ/Xokleng na festa de comemoração de um ano da Associação das Mulheres da Aldeia Palmeirinha – 22 de outubro de 2011.

Txo significa paredão de pedra, rocha, gruta de pedra e **Kleng** ou **Klê**: montanha⁴. E o termo **Xokleng** ao contrário, encontrado no texto do professor Silvio Coelho dos Santos, significa aranha – este termo foi utilizado pelos pesquisadores ao observaram que os Laklãnõ/Xokleng traziam nas costas cestos, para levarem alimentos. Pois bem, esse nome foi dado por pesquisadores, mas atualmente o povo se autodenomina como “**Laklãnõ**: povo que vive onde nasce o sol, ou gente do sol (ou, ainda, povo ligeiro) [...] assim, o termo Laklãnõ vem ganhando espaço político, interno e externo, através do movimento de recuperação do idioma, incluindo a escrita de mitos antigos e o ensino bilíngue” (GAKRAN, p. 14, 2005).

No decorrer do texto vou me referir como Laklãnõ/Xokleng, exceto quando há citações de outros autores. Escolho este nome para me referir a esta comunidade por dois motivos: o primeiro motivo advém do texto do professor Nanblá Gakrán, para que assim o nome Laklãnõ tome força e ganhe espaço na sociedade, pois é desta maneira que eles se reconhecem e merecem ser tratados como tal. O segundo motivo é que percebo que não há possibilidade de afastar o nome Xokleng da pesquisa, pois além de ser conhecido historicamente na literatura da área, principalmente nos textos do professor Silvio Coelho dos Santos e nas pesquisas apresentadas neste trabalho, os indígenas se denominam como Xokleng, mesmo tendo conhecimento do outro nome.

Dados da Terra Indígena

A 260 km da capital do Estado de Santa Catarina, a Terra Indígena Laklãnõ está localizada ao longo dos rios Hercílio (antigo Itajaí do Norte) e Plate, que moldam um dos vales formadores da bacia do Rio Itajaí-Açu. Localizada em quatro municípios catarinenses, cerca de 70% da área está dentro dos limites dos municípios José Boiteux e Doutor Pedrinho⁵. Essa TI, inicialmente denominada Posto Indígena Duque de Caxias, foi criada pelo chefe do governo catarinense, Adolfo Konder, em 1926, que destinou aos Laklãnõ/Xokleng uma área de 20.000 hectares. Em 1965 foi oficialmente demarcada e em 1975 recebeu o nome de Ibirama.

⁴ Dados retirados em uma entrevista realizada em 10 de janeiro de 2010. Contudo para a escrita consulto dados da dissertação do professor Nanblá Gakrán (2005), intitulada Aspectos morfosintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”.

⁵ Informação retirada do Instituto Sócio-Ambiental – www.socioambiental.org

Com base nos dados⁶ fornecidos pela FUNASA de José Boiteux, dentro da TI existem oito aldeias, denominadas de Sede, Pavão, Figueira, Palmeira, Toldo, Bugio, Coqueiro, e a aldeia Barragem criada recentemente. Para cada uma dessas aldeias existe um cacique responsável pela representatividade diante das outras aldeias e fora delas. Existe também um cacique geral que representa os Laklãnõ/Xokleng fora da Terra Indígena. Juntos eles debatem assuntos que precisam ser resolvidos com os governantes dos municípios vizinhos, principalmente questões relacionadas à saúde, educação e meios de transporte.

Os Laklãnõ/Xokleng atualmente possuem trabalhos diferenciados não só dentro da TI, mas em locais urbanos, como indústrias, órgãos públicos (FUNASA, FUNAI, escolas) e trabalhos autônomos. Sobrevivem também do feitiço e comercialização de artesanato e da agricultura de subsistência, com plantações de milho, feijão, arroz, aipim, abóbora, amendoim, verduras, frutas e criação de pequenos animais: galinhas, patos e porcos⁷. Suas casas são de alvenaria ou de madeira, uma ao lado da outra.

De acordo com Métraux (1947) e Henry (1964) *apud* Weber;

O povo Xokleng/Laklãnõ ainda apresenta uma estrutura familiar organizada em patrilocalidades ou matrilocidades, bem como relações de compadrio, que se apresentam através do sistema de nomeação. Organizam-se através de unidades de parentesco formando famílias extensas num mesmo terreno, podem ser encontradas mais de uma família nuclear convivendo sobre regras de parentesco tradicionais ou não (WEBER, 2007, p. 34).

Para os Laklãnõ/Xokleng os descendentes de imigrantes (pessoas que vivem no centro do município de José Boiteux ou em cidades limítrofes) têm dificuldade de aceitar que os indígenas estejam usando roupas, e usem a tecnologia a seu favor. De acordo com Santos (1973, p. 229), hoje o grupo de esforça para se comportar como componente da sociedade regional. Entretanto, os indígenas mantêm a denominação tradicional de Laklãnõ, manifestando sua identificação tribal. Durante algumas conversas com os indígenas, disseram-me que essas mudanças nos hábitos são apenas para trazer mais conforto à vida deles e não uma negação aos seus costumes tradicionais.

Contextos históricos Laklãnõ/Xokleng em Santa Catarina

⁶ Dados do sistema SIASI - Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena. Dados coletados no dia 15/08/11.

⁷ Dados retirados da cartilha Xokleng – Semana dos Povos Indígenas 2005.

Neste momento trarei fatos ocorridos entre o governo, os Laklãnõ/Xokleng e a colonização alemã e italiana no Estado de Santa Catarina, conflitos gerados por um único objetivo, o direito da terra.

“No interior, nas florestas dos vales, da encosta e no planalto [de Santa Catarina], viviam os Xokleng e os Kaingang, ambos integrantes do grupo linguístico Jê” (SANTOS, 1973, p. 28). Durante séculos, os índios Xokleng dominaram as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto Sul do Brasil (SANTOS in FLEURI, 1998). Esta área somente começou a ser sistematicamente desbravada a partir do momento em que se iniciou de fato a colonização do Sul do país, em 1824 (SANTOS, 1975, p. 21).

Quando Santa Catarina em 1829 iniciou efetivamente a colonização com os alemães em São Pedro de Alcântara [...] os governos provinciais e monárquicos estavam interessados na ocupação das terras entre o litoral e o planalto [...] e toda essa área era considerada como desabitada (SANTOS, 1997, p. 19).

No entanto, antes dessas ocupações pelos colonizadores as terras já eram habitadas pelos índios Laklãnõ/Xokleng e Kaingang, que as utilizavam para a caça e coleta de alimentos para seu sustento. “Nos primeiros anos da colonização, os atritos entre índios e não índios tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento que uma população tinha da outra” (SANTOS, 2004, p. 75).

A partir do ano de 1870 começaram a chegar os imigrantes italianos (SANTOS, 1997, p. 19), sendo que anteriormente os imigrantes alemães já haviam chegado, na década de 20 daquele século. “[Com] A fixação do imigrante, portanto, acabou dando-se um quadro de competição, onde os dois tipos de população [indígena e não indígena] disputavam um fator decisivo para a sobrevivência, que era a terra” (SANTOS, 2004, p. 69).

“Esta colonização por imigrantes europeus nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina pressionou os Laklãnõ/Xokleng em direção aos grupos Kaingang, promovendo o embate entre eles [...]” (WEBER, 2007, p. 22). Sendo assim, estabeleceu-se um impasse entre três etnias que necessitavam de terrenos para poderem garantir seu sustento dentro da sociedade. Entretanto, os indígenas não teriam garantia que o espaço fixado por eles antes mesmo da chegada dos europeus continuaria com eles, pois os imigrantes começaram a tomar

conta de suas terras produtivas, pressionando-os para os vales, locais onde a terra não é fértil o suficiente para garantir o sustento de suas famílias.

Criaram-se, então, dois movimentos de luta. De um lado os indígenas sem armas de fogo e com alguma proteção do poder religioso e humanista. Do outro lado, os colonos fortemente armados, prontos para devastar a sociedade nativa da região. Contexto semelhante aconteceu no município de Rio Fortuna, na região do Vale do Braço do Norte, Santa Catarina, em que a presença indígena também foi enfrentada como um problema pelos imigrantes alemães.

Desde a colonização de Teresópolis, São Bonifácio e de todo o Vale do Braço do Norte, sem falar de outras regiões da província, a presença destes causava medo e apreensão. A reação que desencadearam contra os indígenas, nada mais era do que uma tentativa de preservar o território que, como primeiros habitantes, lhes pertencia (TEFEN, 1997, p. 110).

Dall'alba (1973) relata em seu livro a imigração alemã e os conflitos com os indígenas que já moravam nas terras catarinenses. Em uma das histórias contadas no livro os índios invadiam as casas roubando utensílios domésticos, comida, roupas e quebravam diversos móveis das casas. Os alemães, por vingança, entravam no mato e “caçavam” os índios sem piedade. Numa das matanças, que aconteceu entre as décadas de 1910 a 1930,

[...] os índios, deslocando-se desde o Rio do Meio para o sul, ao passarem em Rio Cachorrinho, encontraram numa roça uma moça trabalhando isoladamente, agrediram e mataram-na [...]. Os agricultores enfurecidos juraram vingança. Convocaram os bugreiros Arthur Brito e Martinho e foram ao encalço. Na zona de Brusque conseguiram localizá-los, cercando-os durante a noite. Ao amanhecer executaram a mais cruel matança, não poupando sequer as crianças inocentes jogando-as para cima e aparando-as na ponta da espada (DALL'ALBA, 1973, p. 293).

Contudo, estes comportamentos não devem ser generalizados a todos os colonos que se estabeleceram nessas regiões. Também havia situações de contatos pacíficos de maneira recíproca. Bernardo Heidemann⁸, da cidade de Rio Fortuna, uma das pessoas entrevistadas

⁸ Fatos ocorridos entre as décadas de 1910 e 1930.

pelo autor Dall'aba, conta que escutava muitas vezes os bugres⁹ no mato e eles não eram agressivos e vingativos, não lhes fazendo mal algum. Em outros momentos, ele relatou que:

Mais de uma vez carregaram a merenda que dependuravam nos troncos das coivaras. Nunca nos fizeram mal. Só roubavam o que achavam que era deles. Mas se explica pela diferença de cultura. Nós temos o sentido de propriedade particular. Eles não. A gente não temia (DALL'ABA, 1973, p. 357).

Em outro caso, Agostinho Wiggers, de Rio Fortuna, conta que seu pai Antonio Wiggers serrava madeira em Anitápolis, entre as décadas de 1910 a 1930, e que nunca fez nada contra os índios. Pelo contrário, encarregado de caçar para os operários, ao matar uma anta deixava um pedaço pendurado num galho. Depois de um tempo o pedaço desaparecia. Logo depois que ele saiu da região os indígenas mataram um serrador. Sr. Antonio Wiggers acredita que foi vingança por algum mal causado antes. Mal este que não é explicitado na obra de Dall'Alba (1973), contudo, atrevo-me a argumentar que provavelmente teria sido por causa deste serrador não ter a compreensão que o senhor Bernardo Heidemann tinha em relação ao sentido de propriedade particular.

A partir desses dois relatos podemos perceber que não em todos os casos envolvendo imigrantes e índios havia conflitos sangrentos. Da mesma forma, não se pode concluir que todos os colonos faziam questão de identificar os indígenas como bugres. Afinal, cada sujeito compreendia de diferentes maneiras as ações dos indígenas. O que se pode afirmar a partir das histórias anteriores é que houve uma troca de relações conforme a política da “boa vizinhança”. A imagem que transparece nessas situações possibilita refletir que de alguma forma os dois povos precisavam sobreviver.

Mas como nem todos os colonizadores pensavam desta forma e tinham uma imagem negativa sobre os indígenas, passaram a utilizar os serviços dos “bugreiros”, um modo econômico que não precisaria remover os colonos das terras e nem mesmo os indígenas que viviam antes da colonização, porém nenhum pouco pacífico para controlar o conflito entre indígenas e não indígenas. Fleuri (2003, p. 24) nos diz que:

Na maioria das vezes, as relações entre culturas diferentes são consideradas a partir de uma lógica binária (índio x branco, centro x periferia, dominador x dominado, sul x norte, homem x mulher, normal x

⁹ Bugres – nome dado aos indígenas pelos colonizadores, com o significado de selvagens, inimigos.

anormal...) que não permite compreender a complexidade dos agentes e das relações subentendidas em cada polo, nem a reciprocidade das inter-relações, nem a pluralidade e a variabilidade dos significados produzidos nessas relações.

Entende-se que os colonos e o governo não queriam obter nenhum acordo com os indígenas. Para eles o interessante era se livrar dessa população que, na visão deles, “impedia” o crescimento das cidades. Sendo assim, a “única” maneira que se se apresentava era exterminar todos os indígenas que viviam na região, assim não atrapalhariam o desenvolvimento.

De acordo com Schieffelbein (2007), o Governo Provincial resolveu agir e passou a adotar suas próprias medidas criando uma Companhia de “Batedores do Mato”, também chamados de “Patrulhas de Bugreiros”, cujo objetivo era afugentar os bugres (índios).

Os bugreiros eram também conhecidos como caçadores de índios e atuaram de 1836 até o início do século XX. Compunham tropas de oito a 15 homens e costumavam atacar por tocaia à noite matando os adultos, poupando apenas algumas mulheres e crianças, que eram levadas às cidades de Blumenau, Florianópolis e outras localidades, onde eram batizadas e adotadas por famílias burguesas ou por religiosos. As mulheres Xokleng eram interrogadas sobre o paradeiro de outros grupos com a ajuda de índios Kaingang, devido à similaridade dos idiomas (SANTOS, 1973, p. 78).

A partir de então, o único meio para tentar pacificar os índios foi o facão, a pistola e a espingarda. A ordem era afugentar os índios para um lugar onde não mais pudessem incomodar os não índios. Segundo o depoimento de um dos bugreiros, “o negócio era afugentar pela boca da arma”¹⁰ (SANTOS, 1975, p. 22).

Um bugreiro conhecido era Martim Marcelino de Jesus, vulgo Martim Bugreiro, que tinha fama de matador de índios. Santos (1973), em sua obra “Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática Experiência dos Xokleng”, relata a história desse bugreiro de profissão. Estava sempre fora de casa atendendo a chamados e prestando contas às autoridades do governo, coronéis e fazendeiros. Sua tropa era composta por parentes e amigos seus, todos caboclos como ele. Era analfabeto e sua filha Matilde Marcelino iniciou como sua informante e escritora. Martim Bugreiro relata que não era preciso matar os índios, o objetivo dos ataques era fazê-los prisioneiros e afugentar os bugres de seus acampamentos.

¹⁰ Entrevista com o bugreiro Ireno Pinheiro, 1972.

[...] pode acontecer, aqui ou ali, que de uma dessas batidas saia algum bugre ferido ou morto. Não tanto porque eu queria poupar esses bandos de ladrões, mas porque isso constituiria um grande perigo para minha gente [...] por esse motivo, a minha gente sempre tem ordem de só atirar pro ar (SANTOS, 1973, p. 97-98)¹¹.

Em seu livro *Rio Fortuna Nossa Terra Nossa Gente: a colonização alemã em Rio Fortuna*, Roberto João Tenfen (1997, p. 114) relata que houve uma única tentativa de aproximação pacífica entre não índios e índios, feita pelo Padre Augusto Schwirling em Anitápolis-SC: “Munido de uma grande cruz, de espelhos, instrumentos, lenços vermelhos, ele partiu para uma missão evangelizadora”. Mas ele não foi sozinho, os colonos faziam a escolta para o caso de “falhar” seu plano pacífico.

Contudo, neste livro as observações feitas pelo autor a respeito dos indígenas remetem a uma população perigosa e que não tinha direito às terras e à permanência nesses locais. Neste pensamento, os bugreiros são vistos como necessários para a expansão e o desenvolvimento do capitalismo no Sul do país, uma forma preconceituosa de compreender a história de uma região e município.

Uma das tentativas para encontrar um meio de conciliar os indígenas e colonizadores ocorreu em Porto União-SC, local em que, “[...] foi instalado um posto de atração [...] em 1912, sob a liderança de Fioravante Esperança [...]” (WIJK, 2004, apud WEBER, 2007, p. 25). O objetivo desse sistema de proteção era estabelecer a paz, deixando de lado a opressão e a violência para adquirir tranquilidade nos dois lados em conflito. Mas ainda continuavam acontecendo conflitos na região tanto por parte dos imigrantes quanto dos indígenas.

Num outro episódio, em 22 de setembro de 1914, Eduardo Hoerhann, coordenador do posto do Serviço de Proteção aos Índios - SPI em José Boiteux, no momento da pacificação, atravessou nu e desarmado as margens do rio Plate e confraternizou com os índios. Ocorrida a pacificação, era necessário garantir a sobrevivência dos índios, com alimentos, segurança e animais. Mas sem seu território, comida, espaço para trabalhar e caçar eles dependiam do serviço do SPI, que no momento, não tinha verba para adquirir animais e nem verba para alimentar os indígenas.

Em meio aos problemas com alimentação e trabalho, começou a aparecer outra dificuldade, agora em relação à saúde dos indígenas. Para desespero do chefe do SPI, não havia um grupo de médicos para tratá-los. De acordo com Santos (1997), Eduardo Hoerhan

¹¹ Relato do bugreiro Martim Marcelino de Jesus em uma entrevista com o professor Silvio Coelho dos Santos.

proibiu a perfuração nos lábios, as tatuagens nas meninas e a cremação dos mortos para evitar o alastramento das doenças. O desespero do pacificador chegou a tal ponto que ele exclamou: “Se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseravelmente, os teria deixado na mata, onde ao menos morreriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam” (RIBEIRO, 1977, *apud* SANTOS, 1997).

Além desse impasse, os indígenas sofreram com a mudança de uma vida agitada que envolvia a caça, a pesca, trabalhos manuais e a agricultura para uma vida sedentária com rotinas diárias diferentes do que já eram habituados a fazer. “O desequilíbrio demográfico, por sua vez, alterou toda a organização [da aldeia], tornando o grupo definitivamente dependente do organismo oficial de proteção” (SANTOS, 1975, p. 22).

Em 1967 o SPI foi substituído pela FUNAI¹², órgão que recebeu todas as atribuições de defesa e tutela das populações indígenas no país, visando a sua integração à comunidade nacional. A instituição, por sua vez, divulga que tem como objetivo garantir as condições de vida para os povos indígenas, lutando por uma política de desenvolvimento sustentável, trabalhando para a regularização das terras indígenas e controlando meios externos que podem interferir nas áreas indígenas.

Ao longo dos anos, os Laklãñ/Xokleng lutaram pela demarcação de suas terras. Uma proposta recente na Câmara dos Deputados pretendia aumentar a demarcação da Terra Indígena Laklãñ, mas umas das questões em debate é que o aumento da demarcação prejudica os pequenos agricultores. Porém em 03/11/11 a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados rejeitou a proposta que suspende a homologação da demarcação da área¹³. Podemos relacionar esse fato com a construção da Barragem Norte, que foi feita em área demarcada como Terra Indígena e até hoje os Laklãñ/Xokleng pedem indenização pelas perdas das terras. Observamos com isso que os problemas enfrentados com armas de fogo não existem mais, no entanto, atualmente os problemas são discutidos no tribunal e pelos mesmos motivos que geraram a “guerra” no início da colonização, a disputa pela terra.

No entanto, isso não impediu os grandes conflitos na TI que levaram à perda de muitas terras pelo fato da Barragem Norte ser construída em área indígena, além de ser

¹² Fundação Nacional do Índio.

¹³ Dados retirados do site da Câmara Federal - www2.camara.gov.br, acessado em 03/11/11.

realizada a extração de outros materiais das terras que não estavam no acordo com a FUNAI e demais órgãos que planejaram a obra.

A ação da igreja frente aos Laklãnõ/Xokleng

A mudança de costumes na terra Laklãnõ iniciou desde o primeiro contato com o não indígena. A primeira delas era estar em conflito com pessoas nunca vistas antes, que entravam na mata desmatando, ocupando suas terras e os forçando com armas a procurarem outros lugares para sobreviver.

A segunda delas foi a entrada do SPI na aldeia, com a chefia de Eduardo Hoerhan, obrigando os indígenas a saírem da mata e desestimulando a caça, para que assim não fossem encontrados pelos bugreiros e os conflitos fossem evitados. Além desta ordem E. Hoerhan os obrigou a usarem roupas, a pararem com a perfuração nos lábios, com o ritual para o uso do botoque ou tembetá e também com a cremação dos mortos. Os Laklãnõ/Xokleng acreditavam que queimando os corpos os espíritos não ficariam rondando a aldeia e os mortos poderiam descansar em paz.

Contudo, Hoerhan os ensinou a plantar batata-doce, milho, entre outros alimentos e também a lidar com dinheiro, para que eles compreendessem o modo de vida dos não índios. Logo após essas mudanças nos costumes e a saída da mata para as margens do rio Plate, o posto foi visitado pelo padre João Komíneck.

Responsável pela paróquia polonesa do Alto Paraguaçu. [...] O padre foi informado pelo pacificador que, devido ao regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, não poderia favorecer a conversão dos indígenas para esta ou aquela religião. Mas o Kaingang Preié, que acompanhara Hoerhan nos primeiros anos de contato, foi indicado para colaborar com o padre Komíneck. Devido a isto, algum tempo depois o padre organizava uma segunda expedição ao Posto. Durante essa estada o padre realizou o batismo de 98 índios (SANTOS, 1973, p. 271).

De acordo com Santos (1973), após este episódio os indígenas começaram a participar das missas do padre Komíneck nas colônias Moema e Alto Paraguaçu, local onde o padre os batizava, os presenteava, dava abrigo e alimentos. Mas aos poucos os indígenas foram frequentando os bares próximos à paróquia, pois a boa recepção que eles tinham nos primeiros tempos indo à igreja foi diminuindo e tudo foi entrando na rotina. “No ano de 1928, Hoerhan reclamava dos habitantes dessas colônias do alto da serra, pelos vícios que haviam inculcido nos silvícolas [índios]” (SANTOS, 1973, p. 273).

Entretanto, o ato de frequentar os bares locais não era visto pelo catolicismo como pecado, assim como ir a algumas festas ou realizar outras atividades, como, por exemplo, as práticas relacionadas ao esporte. Com isso a experiência católica foi praticamente reduzida à ação do padre Komíneck. “Os padres católicos que vieram atender os núcleos coloniais instalados nas vizinhanças [...] jamais tiveram tempo suficiente para atender os silvícolas” (SANTOS, 1973, p. 273).

Na década de 1950 começaram a aparecer as igrejas evangélicas Assembleia de Deus. “Essa igreja condena o uso de bebidas alcoólicas e de fumo e pretende dar ao crente condições de chegar ao paraíso pela interpretação e seguimento dos preceitos bíblicos” (SANTOS, 1973, p. 273). Isto significa que ao se converterem para esta igreja não poderiam frequentar bailes, festas e nem mesmo jogar futebol. No relato de Antonio Popó:

“Eles eram espíritas né. Eles confiavam muito em passarinho, em bichos, esses eram os espíritos deles, até hoje, tem um passarinho no mato, que até hoje ou até... eu não acredito, mas acho que fala a verdade. Ele tem um tipo de assobiar que ele tá dizendo que você vai bem, pode prosseguir teu trabalho ou tua viagem que tu vai bem. Agora quando ele tem outro tipo de assobiar aí ele diz, volta já ou repara que o perigo tá ali” (In: Documentário “A Igreja e a Barragem”, 2007).

De acordo com o indígena Antônio Popó¹⁴ a primeira igreja foi construída em 1955 e passou a ter culto diversas vezes durante a semana, fazendo com que ganhasse força e mais adeptos. Para o senhor Vili Nidli¹⁵, o evangelho chegou até a terra Laklãnõ para ajudar os índios a não tomar esse “traguinho”, para poder evangelizar, ensinar aos Laklãnõ/Xokleng como a pinga (cachaça) estraga a vida das pessoas. Mas, segundo Santos (1973, p. 274),

A partir de 1968, quando [Isidoro Oliveira] assumiu a chefia do posto [...], a situação religiosa na reserva [terra] indígena começou a mudar. [...] articulou-se com o padre da paróquia de José Boiteux e convenceu a esta a prestar assistência religiosa.

¹⁴ Dado retirado do documentário A Igreja e a Barragem: Parte 04 do documentário Gente do Sol, que traz a trajetória de contato do grupo indígena Xokleng ou Laklãnõ com os grupos imigrantes e pacificadores no início do século XIX. Esta quarta parte se refere à vivência a partir de 1950, com a entrada da Igreja Assembleia de Deus na Reserva. A maioria se converte, deixando de lado alguns hábitos recém assumidos, como o uso de álcool. Realizado pelo jornalista Renan Xavier como trabalho de conclusão de curso - UFSC (2007). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cvJQ-YaFThQ&feature=related>

¹⁵ Fala também retirada do documentário: A Igreja e a Barragem

Começa então um conflito entre duas frentes religiosas. O que as duas tinham de diferença era a possibilidade de realizar outras atividades dentro dos preceitos bíblicos. Santos (1973) relata que o novo padre criou um time de futebol, organizou uma festa em 25 de abril de 1971, com direito a baile, churrasco, corrida de canoas, música típica Guarani, dança, oração típica Laklãnõ/Xokleng e também torneio de arco e flecha, práticas que a igreja Assembleia de Deus proibia e isso era um forte motivo para que alguns Laklãnõ/Xokleng começassem a frequentar a igreja católica.

Esta festa foi realizada com o intuito de arrecadar fundos para construir uma capela, mas aos poucos o que era para ser uma festa religiosa tornou-se uma grande diversão com 5.000 pessoas (SANTOS, 1973), criando uma confusão religiosa entre os indígenas.

Atualmente dentro da terra indígena Laklãnõ existem diversas igrejas da Assembleia de Deus. Os adeptos desta religião não participam de festas e não praticam nenhuma modalidade esportiva. As mulheres usam vestidos longos e cabelos compridos. Os homens usam calça e camisa social. Deixaram de acreditar em seus espíritos e passaram a acreditar no evangelho.

Existe apenas uma igreja católica dentro da terra indígena, que fica ao lado da Barragem Norte. Durante o período em que estive na aldeia não percebi movimento algum dentro dela. Em todos os momentos que estive ou passei pela igreja, ela sempre esteve fechada. É provável que abram suas portas aos domingos de manhã para a missa da semana, contudo, não consegui estar presente nesses dias para afirmar que a igreja está desativada, nem mesmo ouvi falar que acontecem missas semanais no local.

Considerações finais

Os Laklãnõ/Xokleng, ao longo de sua trajetória dentro do Estado de Santa Catarina, estiveram envolvidos em diversos conflitos sociais que marcaram a sua história e seu modo de viver nos dias de hoje. Muitas dessas marcas resultaram no abandono de algumas danças, rituais, fabricação de determinados alimentos, bebidas e confecção de artefatos. Uma das principais lutas dos indígenas para garantir seu espaço foi contra a colonização que invadia suas terras, pressionando-os para o alto das montanhas e dos vales que cercam o rio Plate.

Uma luta que permaneceu por muitos anos com o apoio do governo provincial financiando os bugreiros para o extermínio da população indígena em todo o estado.

Mesmo com a criação do SPI continuavam os ataques contra a comunidade que ficava à mercê de um serviço que muitas vezes não possuía recursos financeiros para sustentar a própria instituição. Anos mais tarde, com a criação da FUNAI, os indígenas obtiveram melhores condições de vida, mas não foi a salvação para toda uma população que necessitava de alimentos, trabalho e garantia de terra fértil para criar suas famílias. Fato este que podemos observar com a Barragem Norte, construída em terra demarcada para o usufruto do povo Laklãnõ/Xokleng. A barragem só foi boa para a população não indígena que vive do outro lado, nos municípios de José Boiteux, Ibirama, Blumenau, Indaial, entre outros. Todos os anos, quando acontece uma chuva torrencial, o povo indígena fica ilhado, tendo que se deslocar mais de 30 km para chegar ao município de José Boiteux.

Outro ponto importante que vale ressaltar é que muitas casas da aldeia Palmeirinha situadas no alto do morro, construídas pelo governo como forma de indenização para as famílias que perderam suas casas devido à referida obra, estão sendo constatadas como locais impróprios para morar. Isso se deve ao constante desmoronamento que vem ocorrendo nas montanhas onde as casas estão situadas.

Em uma das nossas conversas, “seu” Antonio, como é chamado, traz um fato pertinente que aconteceu em abril deste ano, referente à organização para a comemoração do Dia do Índio. O objetivo desse evento para os caciques José Ndilli e Antonio era a confraternização da comunidade nesse momento. Entretanto, apenas três aldeias se reuniram nas proximidades da Barragem Norte, as outras se reuniram na aldeia Sede, do outro lado do rio.

“E eu insisti isso ali, por três motivos: primeiro motivo que nós devíamos conhecer os adolescentes. Segundo motivo: para os mais velhos manter o contato, se conversar no idioma, comer uma carninha e tomar um refrigerante. E o terceiro motivo: é que temos um manifesto, por motivo de que nós temos direito de terra! [...]”¹⁶.

Devo destacar também a angústia do senhor Antonio em relação à união da comunidade. Em seus relatos sobre a política da TI podemos perceber que a população está cada vez mais desarticulada para lutar por melhorias nas casas, nas escolas, nos atendimentos

¹⁶ Relato de Antonio Caxias Popó, abril de 2012.

dos postos de saúde. Contudo, há pessoas que continuam trabalhando para o bem do coletivo, possibilitando de alguma forma aliviar os anseios da população Laklãnõ/Xokleng.

Referências

DALL'ALBA, J. L. **O Vale do Braço do Norte**. Coleção Museu do Imigrante, 1973.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, n. 23, p. 16-35, mai./jun./jul./ago, 2003.

FLEURI, R. M. (org). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER, NUP. 1998.

GAKRAN, Nambla. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **Os índios Xokleng: Memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da Univali, 1997.

_____. **Nova história de Santa Catarina**. 5º ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

_____. **A Barragem de Ibirama e os Índios**. Rev. Geosul, Florianópolis, 1987. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1217>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

_____. **Educação e sociedades tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SCHIEFFELBEIN, F. S. **Matar bugres: Xokleng e a colonização no Alto Vale do Itajaí.** Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Perso_a65/65Flammariom.htm>. Acesso em: 20 jan. 2010.

TENFEN, R. J. **Rio Fortuna, nossa terra nossa gente: a colonização alemã em Rio Fortuna.** Florianópolis: [s.n], 1997.

WEBER, Cátia. **Tornar-se professora Xokleng/Laklãnõ: escolarização, ensino superior e identidade étnica.** (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.